



v.14, n.1, 2017  
Setembro-Dezembro  
Dossiê 150, 100, 50

**'UTOPIA ÚTIL' VERSUS 'ILUSÃO PERIGOSA': NOTAS  
SOBRE 'O CAPITAL NO SÉCULO XXI' DE THOMAS  
PIKETTY**  
[**'USEFUL UTOPIA' VS. 'DANGEROUS ILLUSION': NOTES  
ON 'CAPITAL IN THE 21ST CENTURY' BY THOMAS  
PIKETTY**]

**Jéverton Soares dos Santos**

Doutorando em Filosofia na PUCRS, Brasil  
E-mail: [jevertonsoares@hotmail.com](mailto:jevertonsoares@hotmail.com)

**RESUMO ABSTRACT**

Partindo da noção de utopia útil elaborada por Thomas Piketty, em sua monumental obra *O Capital no Século XXI*, o artigo pretende lançar luz de uma exposição introdutória de algumas das principais teses oferecidas pela obra do economista francês, confrontando-as, sempre que possível, com as do clássico marxiano *O Capital*, a qual aquela obra faz menção como peça publicitária. Para isso, esta investigação partiu da ácida crítica feita por Slavoj Žižek a Piketty, especialmente a sua reprovação com relação à defesa pikettiana de uma utopia em pleno século XXI. Contudo, constatou-se que não há, necessariamente, nenhum problema em defender uma utopia no interior de uma tradição marxista heterodoxa – desde que ela seja entendida como uma proposta negativa que tende exigir muito mais da realidade histórica do que ela é capaz de oferecer (Seção 1). Outrossim, demonstrou-se que *O Capital no Século XXI* não é, de nenhuma forma, uma crítica radical ao capitalismo, nem uma continuação do clássico marxiano, ainda que use algumas noções importantes desta obra, como, por exemplo, a noção de taxa de remuneração do capital (Seção 2). Sem contar que o livro de Piketty também tenta aproximar a economia das ciências humanas, sobretudo da sociologia e da história, contra o solipsismo matemático da economia contemporânea. Entretanto, o economista francês não esconde, em nenhum momento do livro, sua antipatia pelas propostas emancipatórias do marxismo, o que o faz repetir, amiúde, certos jargões antimarxistas de nossa época. Por fim, o artigo reflete sobre a utopia útil do autor, mostrando que, para Piketty, tal proposta

Starting from the notion of “useful utopia” elaborated by Thomas Piketty in his monumental work *The Capital in the 21st Century*, this paper aims to make an introductory exposition of some of the main theses offered by the work of the French economist, confronting them, whenever possible, with those theses of the classic Marxian *The Capital*, which those work mentions as advertising piece. To this end, this investigation begins with the Slavoj Žižek’s acid criticism against Piketty, especially his disapproval of the Pikettian defense of a utopia in the 21st century. However, it has been found that there is necessarily no problem in utopianism within a heterodox Marxist tradition, provided that it is understood as a negative proposition that tends to require much more of the historical reality than it is capable of offering (Section 1). Moreover, it has been shown that *The Capital in the 21st Century* is by no means a radical critique of capitalism, nor a continuation of the Marxian classic, although it does use some important notions of this work, such as the notion of rate of remuneration (Section 2). Additionally, that Piketty’s book also attempts to bring the economics to inside of the human sciences, especially sociology and history, against the mathematical solipsism of contemporary economics. However, the French economist at no time hides his antipathy for the emancipatory proposals of Marxism, which often makes him repeat certain anti-Marxist jargon of our time. Finally, the article reflects on the useful utopia of the author, showing that for Piketty such a proposal would be a third way between the apocalyptic theories of

seria uma terceira via entre as teorias apocalípticas do marxismo e as de conto de fatos do liberalismo, não sendo uma “ilusão perigosa”, termo utilizado pelo economista para designar outras propostas divergentes de regulação do capitalismo (Seção 3).

marxism and those of fairy tale of liberalism, not being a “dangerous illusion”, term used by the economist to designate other divergent proposals for the regulation of capitalism (Section 3).

**PALAVRAS-CHAVE    KEYWORDS**

Utopia. Utopia.  
Crítica ao Capitalismo. Critique of Capitalism.  
Marxismo. Marxism.



## Introdução

“A acumulação do capital começa, às vezes, pelo roubo, e a arbitrariedade de seu rendimento muitas vezes volta a perpetuar o roubo inicial”. (PIKETTY, 2014, p.435).

Quem não se deixa impressionar pela exposição retórica de algumas passagens impetuosas como, por exemplo, a que utilizamos como epígrafe, retirada da obra *“Le capital au XXI<sup>e</sup> siècle”* de Thomas Piketty<sup>1</sup>, e quem dá um passo para trás, levando a sério a pretensão de “crítica ao capitalismo” que esse livro promete, tem dois caminhos a perseguir. O primeiro seria o de aceitar que a obra não realiza o que promete, a saber, uma crítica radical dos pressupostos do capitalismo, ou se preferir, nos termos do autor, um estudo que assegure que a democracia possa “retomar o controle do capitalismo e assegurar que o interesse geral da população tenha precedência sobre os interesses privados” (PIKETTY, 2014, p.9). O segundo caminho seria o de assumir que, ao fim e ao cabo, o projeto pikettyano não oferece nenhuma reflexão que mereça ser incluída no debate marxista contemporâneo.

Em seu comentário sobre a obra de Thomas Piketty, Slavoj Žižek escolhe o segundo e drástico caminho. O autor esloveno observa que apesar de concordar com o diagnóstico central do livro – a ideia de que o capitalismo naturalmente tende à desigualdade social e que isso provoca, por sua vez, o enfraquecimento da democracia e do *ethos* democrático – ele não acredita na facticidade da “solução” pikettyana para que a democracia possa retomar o controle do capitalismo financeiro neste novo século. Žižek se refere à principal proposta pikettyana para enfrentar a “onda neoliberal” que assola o mundo. Tratar-se-ia da institucionalização, em nível mundial, de um imposto progressivo sobre o capital. Tal proposta que visa frear “dinâmica da concentração mundial da riqueza”, é chamada, pelo próprio Piketty, de “utopia útil” (PIKETTY, 2014, p.501), e está presente no penúltimo capítulo da obra:

O imposto mundial sobre o capital é uma utopia: seria difícil acreditar que as nações do mundo pudessem concordar com essa ideia, estabelecer um cálculo de tributação para ser aplicada a todas as fortunas do mundo e depois redistribuir harmoniosamente essas receitas entre os países. Entretanto, considero-a uma utopia útil, por diversas razões (PIKETTY, 2014, p.501).

Piketty dá três razões justificar a utilidade de sua utopia do imposto mundial. Em primeiro lugar, porque ela criaria a necessidade de uma “instituição ideal”, baseada na “transparência financeira internacional”, algo que será necessário, cedo ou tarde, para

<sup>1</sup> Para fins didáticos, utilizaremos a edição brasileira da obra, traduzida por Monica Baumgarten de Bolle.



regular o capitalismo financeiro. Em segundo lugar, porque estaria de acordo com o espírito de nossa época, marcada pela “abertura econômica” e pela “globalização”, além de mitigar modelos nacionalistas de protecionismo e controle de capital. Em terceiro lugar, porque diferentemente de propostas alternativas, testadas ou não, como, por exemplo, “o fim da luta de classes”, ou “o imposto sobre a renda”, o imposto progressivo sobre o capital teria a vantagem de ser aplicada em “etapas”, começando por instrumentos regionais, depois passando para escala continental, até contemplar o globo terrestre inteiro, mais ou menos como já acontece na América do Norte e na Europa, através da transmissão automática das informações bancárias (PIKETTY, 2014, p.501-2).

Para Žižek, além de não representar nenhuma novidade do ponto de vista da teoria política<sup>2</sup>, essa proposta do economista francês simplesmente não é factível, mas sim utópica, uma vez que supõe que seja possível corrigir os problemas crônicos do capitalismo de modo paliativo. Ela não leva em consideração, segundo Žižek, o cerne da hipótese comunista: não pode haver transformação social radical sem a mudança do modo de produção capitalista:

É claro que seria ótimo ter o capitalismo de hoje, com todas suas dinâmicas, e só mudar ele no nível da redistribuição – mas isso é que é utópico. Não se pode fazer isso, pois uma mudança na redistribuição afetaria o modo de produção, e conseqüentemente a própria economia capitalista. Às vezes a utopia não é anti-pragmática. Às vezes, ser falsamente modesto, ser um realista, é a maior utopia<sup>3</sup>.

Ainda que a crítica de Žižek a Piketty pareça um pouco apressada – para não dizer simplista – tendo em vista que em nenhum momento o filósofo faz menção *in loco* das ideias do autor dispersas nas quase 700 páginas que compõem a monumental obra “*O capital no século XXI*”, ela levanta um problema que dificilmente pode ser ignorado em uma reflexão sobre a natureza e os limites do capitalismo, sobretudo em uma tradição que leva as contribuições de Marx e do marxismo: implementar impostos em âmbito mundial é, sem dúvida, uma ideia “paliativa”, mas algo que não deixa de ser interessante, tendo em vista a assustadora onda neoliberal em diversas partes do mundo a que estamos assistindo hoje. Que o imposto mundial precisa estar na agenda de discussão da política internacional contemporânea, para o bem mor da própria democracia, não há qualquer dúvida; porém, será que ela consegue ser algo mais do que uma vaga utopia? Quer dizer: é possível manter essa própria noção de “utopia” sem “mistificar” ainda mais a realidade que ela pretende transcender, a saber o crescente acúmulo de capital nas mãos de uma pequena

2 Como veremos mais adiante, a proposta pikettyana não é totalmente nova, mas tampouco velha, tendo em vista que ela apresenta algumas novidades em comparação a outros modelos políticos.

3 Cf. ŽIŽEK, Slavoj: *A utopia de Piketty*. Trad. Artur Renzo. Blog da Boitempo Editorial. [ <http://blogdaboitempo.com.br/2014/05/30/zizek-a-utopia-de-piketty/>]. Acesso em 30/08/2016.



elite financeira?

É sabido que no interior do debate do “marxismo ocidental”<sup>4</sup> – usando aqui a famigerada expressão de Merleau Ponty (1973, p.59) – o tema da utopia sempre dividiu opiniões e interpretações. Uma das causas disso é a própria ambiguidade desse conceito e seu aparente descolamento da realidade político-social imediata.

Desde a criação do termo, por Thomas More no século XVI, através da publicação, em 1536, de um romance político com título homônimo, o substantivo “utopia”, bem como o adjetivo utópico, tem sido entendido não só como um “não-lugar”, ou seja, como uma sociedade por vir, nem só como “eutopia”, como um modelo societário desejável por todos, mas também como uma forma de pensamento negativo, que tende a exigir muito mais da realidade histórica daquilo que ela é capaz de oferecer<sup>5</sup>. Tal “extrapolação” do real, típico do pensamento utópico, por mais irrefletida ou ingênua que possa parecer, pode servir de remédio preventivo às instituições e ao mundo da vida, pois sem uma energia utópica constante eles tendem também à reificação, à colonização e à adaptação constantes.

Apesar de sofrer grande influência do pensamento utópico de sua época, sobretudo de pensadores como Saint-Simon, Fourier, Babeuf e Proudhon, como ratifica a seminal análise de David Harvey (2013, pp.15-6), Marx polemizou contra o utopismo, sobretudo contra aquilo que o autor definiu, na famosa obra de 1848 “*Das Kommunistische Manifest*” (*Manifesto do Partido Comunista*), como sendo o socialismo crítico-utópico desses autores, que preconizava um ascetismo generalizado e um igualitarismo grosseiro (MARX; ENGELS; 2008, p.57). Não obstante tal “reprovação” ao utopismo, que acontece em vários outros lugares em Marx, e não só no período maduro, há intérpretes que tendem a pensar o papel da utopia de modo diverso da vulgata marxista – que tende a contrapor tudo à alcunha “socialismo científico”, como se o marxismo fosse positivista por natureza, avesso a tudo aquilo que não seja científico ou “empírico”.

Um desses intérpretes, o qual está na contramão do positivismo marxista, é Vincente Geoghegan, quem defende a tese de que as críticas de Marx e Engels ao utopismo são históricas, e não absolutas, quer dizer, não devem ser retiradas do seu contexto e aplicadas de modo indeterminado em qualquer lugar – e até, nesse sentido, elas podem ser consideradas como “utópicas”, no sentido de não possuírem uma reprovação predeterminada: “Marx e Engels foram altamente sensíveis para o necessário elemento da imprevisibilidade em relação ao futuro e alguns de seus mais negativos comentários sobre o utopismo ocorrem nesse contexto” (GEOGHEGAN, 1987, p.50). E cabe, aqui, chamar atenção para uma famosa passagem da *Ideologia Alemã*, na qual os autores especulam, de modo “utópico”, sobre como será uma sociedade sem a divisão de trabalho – que é uma

4 Corrente teórica que nasce em franca oposição à “*Marx-Orthodoxie angewandt*” (aplicação ortodoxa de Marx) da “*Kommunistische Internationale*” (Terceira Internacional), representada principalmente pelo “marxismo weberiano” de “*Geschichte und Klassenbewußtsein*” (História e Consciência de Classe) de Geórg Lukács.

5 Para um estudo detalhado das origens e da história do conceito de utopia, ver o excelente texto de Fatima Viera. In: VIEIRA, F. *The concept of utopia*. In: CLAEYS, Gregory (ed.). *The Cambridge companion to utopian literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.



das pedras pilares do regime capitalista: “Numa sociedade comunista não há pintores, mas, quando muito, homens que, entre outros, fazem também pintura”(MARX; ENGELS, 1971, 55).

Mesmo na reformulação do materialismo histórico feita por Marx Horkheimer, na década de 30, baseada em uma ideia de filosofia social desempenhada de modo interdisciplinar, que visa oferecer uma crítica imanente do capitalismo e da modernidade sociocultural, pode-se ver certa abertura para a “utopia”. Tal orientação interdisciplinar foi posta no programático ensaio intitulado “*Teoria Tradicional e Teoria Crítica*”, publicado em 1937, no qual o autor reordenava a linha de pesquisa do *Instituto de Pesquisa Social* de Frankfurt em direção a uma visão mais filosófica e menos ortodoxa de materialismo histórico. Ainda que praticamente não tenha sido citado pelos principais membros da Primeira Geração<sup>6</sup>, especialmente por Adorno e Benjamin, seria injusto afirmar que tal ensaio não tenha exercido nenhuma influência naquele grupo de pensadores. É deste texto que se origina a rubrica “teoria crítica”, que é usada frequentemente como sinônimo de Escola de Frankfurt. Neste ensaio, Horkheimer já aponta para o principal elemento que acompanhará a teoria crítica em todas as suas elaborações posteriores, mesmo depois da “guinada linguística” apresentada por Habermas a partir da década de 1970, qual seja o elemento utópico, expresso pelo desejo emancipatório de uma sociedade efetivamente livre e justa, apartada da tirania da tecnocracia burocrática burguesa e do capitalismo de Estado – presentes também no socialismo soviético:

A ideia de uma sociedade futura como comunidade de homens livres, tal como ela seria possível com os meios técnicos com que se conta, tem um conteúdo pelo qual é preciso manter-se fiel através de todas as transformações. [...] As categorias marxistas de classe, exploração, mais-valia, ganância, pauperização, crise, são momentos de uma totalidade conceitual cujo sentido deve ser buscado não na reprodução da sociedade atual, senão em sua transformação em uma sociedade justa( HORKHEIMER, 2003, p. 250).



Soma-se a isso o fato de que importantes pensadores marxistas do século XX, como é o caso de Ernst Bloch, mantiveram a ideia de utopia no coração de suas reconstruções do marxismo<sup>7</sup>.

Dessa maneira, fica difícil acreditar que a polêmica envolvendo, de um lado, o “marxismo” e, por outro lado, o “utopismo”, seja um caminho promissor para adentrar ou até mesmo criticar a obra *O Capital no Século XXI*, como quer nos fazer crer Žižek. Claro que, em partes, ele tem razão: não parece que o conteúdo da obra de Piketty consiga

<sup>6</sup> Dentre os principais membros que transitaram nessa corrente teórica, além de Max Horkheimer e Theodor Adorno, Rolf Wiggershaus destaca os nomes de Erich Fromm, Friedrich Pollock, Leo Löwenthal, Hebert Marcuse, Walter Benjamin e, numa fase tardia, Jürgen Habermas. In: WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt*. História, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002, pp.74-127, pp.219-244, p.574.

<sup>7</sup> Cf. BLOCH, Ernst. *Geist der Utopie*. Bearbeitete Neuauflage der zweiten Fassung von 1923. Frankfurt am Main: Suhkamp, 1985, especialmente a seção *Karl Marx, der Tod und die Apokalypse*.

fazer jus ao título que ela remete, qual seja “*O Capital*”<sup>8</sup> de Marx. Parece-nos que o título “O Capital no Século XXI” foi antes uma estratégia de marketing do que uma retomada do projeto marxiano. Sem tal estratégia, dificilmente o livro e o autor teriam ficado famosos mundialmente da noite para o dia. Porém, como bem observou Christian Iber, a fama “marxista” do livro contrasta com o seu conteúdo não-marxista: “Em todo o jogo com Marx ele não deixa escapar nenhuma oportunidade de se distanciar das ideias marxianas que lhe são atribuídas”(IBER, 2016, p.62).

Claro, não se deve fazer uma noite onde todos os gatos são pardos. A obra de Piketty tem vários pontos positivos, entre os quais, pode-se citar, uma crítica impetuosa à economia política do século XX e seus ideólogos em diferentes frentes (por exemplo, a “Escola de Chicago”, “Escola Austríaca”, “Pareto”, “Kuznets”, o neoliberalismo de “Margaret Thatcher” e outras, o filantropismo cínico de “Bill Gates”, etc.); uma tentativa radical de reaproximar a economia das ciências humanas, sobretudo da sociologia e da história, – e nisso vemos uma influência decisiva marxiana – distanciando a economia do solipsismo matemático que ela parece estar condenada graças ao predomínio contemporâneo de uma perspectiva de economia política neoclássica, que se centra demasiadamente no indivíduo, como a “teoria da escolha racional”; a construção de um livro com várias informações “técnicas”, mas que mantém uma linguagem acessível e desmistificadora da economia, garantindo que o público geral não-especializado consiga entender e adentrar no obscuro universo da economia; sem contar, a clareza e até a leveza de sua prosa, o que faz com que o leitor se esqueça, às vezes, de que está lendo um livro de economia, sobretudo pelo fato dele trazer, para o interior do diálogo, contribuições oriundas da literatura, particularmente, das obras de Balzac e de Jane Austen.

No entanto, Iber tem razão quando termina a sua leitura acerca da obra de Piketty de maneira ácida, apontando para o fato de que uma análise econômica sem uma orientação política é fadada ao ostracismo: “Sobre a redistribuição da riqueza, não decidem nem os best-seller, nem debates no folhetim, mas as lutas de classes” (IBER, 2016, 65). Nada é mais decepcionante do que “comprar” esse livro achando que ele seja mais do que uma releitura “mercadoriana”, melhor dizendo, que a obra seja efetivamente uma continuação de “*O Capital*” de Marx, porque, de fato, ela está longe de ser.

O curioso é que grande parte da opinião pública, à época do lançamento do livro, tratou de enquadrar Piketty como sendo o “novo” Marx, ou, nos termos do tabloide “The Economist”, “a modern Marx”<sup>9</sup>. E não foram poucas as reações oriundas da direita e da extrema-direita pelo mundo contra o autor francês – algo que torna o “fenômeno Piketty”<sup>10</sup> ainda mais curioso, tendo em vista que simpatizantes desse posicionamento político geralmente não tem o hábito de ler aquilo que consideram como “manifestos socialistas”, embora isso explique o motivo no qual um colunista da “Forbes”, apesar de ter reconhecido

8 Utilizaremos, doravante, a tradução de *O Capital* feita por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

9 Cf. <http://www.economist.com/news/leaders/21601512-thomas-piketys-blockbuster-book-great-piece-scholarship-poor-guide-policy> . Acesso em 10/11/2016.

10 ATKINSON, A.B. *After Piketty?* British Journal Of Sociology, 2014 Dec, Vol.65(4), pp.619-638.



que “não leu a obra”, ter afirmado categoricamente que “*O Capital no Século XXI*” é o novo “*Manifesto do Partido Comunista*”<sup>11</sup>, algo que, diga-se de passagem, beira o absurdo.

Não são poucas as passagens que Piketty trata de criticar Marx, seja do ponto de vista metodológico, seja do ponto de vista de suas ideias e orientações políticas. Ainda que reconheça que *O Capital* é “a primeira análise científica do capitalismo e de seu colapso” (PIKETTY, 2014, p.16), o autor não deixa de tachar as conclusões de Marx de “apocalípticas” (PIKETTY, 2014, p.18). Apesar também de salientar que a análise marxista é relevante em diversos aspectos, particularmente pelo fato dele ter detectado uma questão central na sua época, a saber, o aumento inédito da concentração de riqueza durante a Revolução Industrial, e ter tentado respondê-la sem possuir muitos dispositivos e instrumentos para isso, por outro lado, Piketty acredita que Marx teria sido tomado “por grande fervor político”, algo que muitas vezes teria o levado a se “precipitar” e a “defender argumentos mal embasados, dos quais ficou refém (sic)” (PIKETTY, 2014, p.17).

Piketty chega ao ponto de repetir o velho jargão anti-marxista de nossa época, lamentando-se que Marx não teria se debruçado sobre a “espinhosa questão” de uma sociedade em que o capital privado fosse abolido (PIKETTY, 2014, p.17). Porém, isso chega a soar como paradoxal. De um lado, Piketty acredita que as visões políticas de Marx atrapalharam a sua análise científica da realidade. Por outro lado, o economista francês lamenta Marx não ter refletido cientificamente sobre uma questão que não pode ser analisada de modo objetivo e efetivo, tendo em vista que a realidade do modo de produção capitalista não tinha sido superada à época de Marx. Além disso, é mais surpreendente ainda tal afirmação de Piketty pelo simples fato de que a própria questão da revolução comunista possui um aspecto um tanto secundário na obra “*O Capital*”<sup>12</sup>, já que o economista alemão dedica praticamente todo o seu livro para examinar, de modo profundamente crítico, as bases nas quais se sustentam todos os antagonismos presentes na sociedade capitalista. Quem lê *O Capital* à procura de um panfleto político se frustra rapidamente. Neste livro, aparecem conceitos indispensáveis para a compreensão da teoria crítica desenvolvida por Marx, tais como fetiche, valor, mais valia, produção, reprodução, trabalho, alienação, etc.<sup>13</sup>, categorias que, como veremos doravante, não recebem nenhum tratamento considerável por Piketty, o que talvez explique o seu distanciamento do pensamento marxiano.

É sintomático, aliás, que Piketty realize, na última nota de rodapé do livro *O capital no século XXI*, uma sutil, não obstante provocativa crítica a consagrados intelectuais de

11 Cf. <http://www.forbes.com/sites/keithweiner/2014/05/31/thomas-piketty-pens-communist-manifesto-for-21st-century/#6dea140c14c9> . Acesso em 06/11/2016.

12 Como salienta Rodrigo Duarte, “o próprio termo revolução socialista aparece pouquíssimas vezes em *O Capital*, todas em passant”. In: DUARTE, R. Adornos: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p.109-110.

13 É claro que alguns conceitos como alienação (*Entfremdung*), comunismo e trabalho já aparecem nas obras da juventude, sobretudo nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844. Nesse sentido, é errôneo dizer que existem dois Marx: o jovem “idealista” e o maduro “materialista”. Marx sempre foi coerente com seu projeto: a emancipação humana. No entanto, o que sustentamos aqui, mesmo que de maneira superficial já que este não é o escopo deste ensaio, é que os conceitos marxianos sofrem transformações, no sentido de aprofundamento e clareza, ao longo de sua vida, e isso irá se refletir na confecção de *O Capital*.

esquerda da França, como Sartre, Althusser e Badiou. Sintomático porque mostra certo descontentamento do autor com relação aos rumos dos debates em torno da possibilidade do comunismo ou do socialismo na atualidade. Na verdade, segundo Piketty, o problema não reside no fato de se querer defender outro regime que não seja capitalista, mas de se esquecer da motivação principal que nos leva a defender a necessidade de transformação. Parece que os intelectuais de esquerda franceses, que propõem alternativas ao existente, cometem uma espécie de contradição performativa: a fixação pelo conceito e pela discussão teórica oblitera questões sociais imediatas, como a fome, a desigualdade social e a concentração de riqueza, questões sem as quais dificilmente se sustentaria em um nível público um discurso anticapitalista. Para Piketty, a ação de negar *ad hoc* o capitalismo por causa de seus problemas congênitos toma o centro das atenções enquanto que os problemas congênitos em si são relegados a um segundo plano. Eles teriam assumido, deste modo, a separação rígida entre teoria e práxis, ou ao menos entre a sua própria teoria e a prática que ela almeja alcançar. E, dessa maneira, Piketty acredita que está fazendo um serviço maior a Marx e à população menos favorecida do que os próprios marxistas em suas lutas internas: “Às vezes temos a impressão de que a questão do capital e das desigualdades entre classes sociais lhe interessa apenas moderadamente e que se trata mais de um pretexto para lutas de outra natureza” (PIKETTY, 2014, p.637). Não estou convencido dessa tese, embora reconheça que, no caso do marxismo francês e sua quase “obsessão” por uma “ontologia materialista”, essas palavras de Piketty até fazem sentido.

## 2) Apresentação do Quadro Categorical d' *O Capital no Século XXI*

Mesmo que, muitas vezes, discussões econômicas possam parecer deveras herméticas, acreditamos que seja de suma importância apresentar ao leitor os significados de alguns dos principais conceitos que percorrem a obra “*O Capital no Século XXI*”. Nosso objetivo não é “comentar” esses conceitos ou noções, mas sim esclarecê-los. Na medida do possível, tentaremos estabelecer algum diálogo com “*O Capital*” de Marx, a fim de salientar os muitos pontos de ruptura entre Piketty e o filósofo alemão.

Começando pela própria noção de “capital”. No clássico marxiano, o leitor precisa percorrer dolorosamente um grande número de páginas difíceis e, no mínimo, três capítulos, sendo o primeiro o mais complexo, para poder chegar a uma primeira noção do que seja o capital, começando pela noção de valor de uso, a utilidade *per se* de um artefato, passando para o valor de troca, que seria o valor socialmente útil da mercadoria, passando para noção que dá sustentáculo para tudo isso, a de valor, trabalho humano socialmente necessário, chegando até a noção de fetiche da mercadoria, que seria aquelas características do sistema político-econômico que estão escondidas nas particularidades da mercadoria, etc., para então entender que capital é um processo de circulação cujo objetivo é acúmulo de dinheiro, representado pela fórmula  $D - M - D'$ , onde D é igual a dinheiro adiantado, M é a mercadoria e D' é o dinheiro adiantado acrescido de lucro (MARX, 1996, pp.165-265).

Por outro lado, em Piketty, a definição de capital ocupa o espaço de duas ou três



páginas e é sintetizada assim pelo o autor: “Usaremos as palavras “capital”, “riqueza” e “patrimônio” de forma intercambiável, como se fossem sinônimos perfeitos” (PIKETTY, 2014, p. 53). A principal vantagem dessa definição de capital é que ela inclui tanto bens “não-produtivos”, como imóveis, terrenos, terras, ativos financeiros, etc., quanto bens “produtivos”, tais como “máquinas”, “empresas”, “equipamentos”, etc. Por outro lado, Piketty se nega a incluir, no interior de sua análise, a noção de “força de trabalho”, ou o que alguns economistas atuais chamam, com refinamento ideológico, de “capital humano”. Para o autor, tal capital não pode ser comensurável, a não ser que vivêssemos em uma sociedade “escravocrata”<sup>14</sup>.

Entretanto, já chama a atenção o fato de que, no livro *O Capital* de Marx, há uma tensão constante entre o trabalhador industrial e o escravo pré-moderno, tendo em vista que o proletário, pelo fato de não possuir outra mercadoria a não ser a sua própria força de trabalho, guarda resquícios desse estado de subordinação absoluta ao julgo do destino, típica da condição desumana da escravidão, como atesta a passagem a seguir, na qual Marx discorre sobre a relação entre o possuidor de dinheiro e aqueles indivíduos que só possuem a sua força de trabalho (Seção III, do Capítulo IV, Livro I):

Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadorias iguais por origem, só se diferenciando por um ser comprador e o outro, vendedor, sendo portanto ambos pessoas juridicamente iguais. O prosseguimento dessa relação exige que o proprietário da força de trabalho só a venda por determinado tempo, pois, se a vende em bloco, de uma vez por todas, então ele vende a si mesmo, transforma-se de homem livre em um escravo, de possuidor de mercadoria em uma mercadoria<sup>15</sup>.

Essa transformação do “homem livre” em um “escravo” é mais do que uma rele analogia. Não estamos dizendo, contudo, que ser escravo, para Marx, era uma condição melhor do que proletário, mas sim que existe certa ilusão em acreditar que o trabalhador moderno goze de uma situação deveras melhor do que o escravo. Pode-se dizer, inclusive, que o próprio capitalista também se transforma em um “escravo do capital,” seja para manter o seu privilégio, seja para expandi-lo. Ao excluir o conceito de “força de trabalho” de sua análise, portanto, Piketty se permite um conceito de capital “a-sociológico” e “a-histórico”, como se o sistema capitalista pudesse existir sem o sacrifício de um exército anônimo de trabalhadores, despossuídos de outro recurso a não ser sua força de trabalho, que seria esse conjunto de competências cognitivas e atributos “naturais” de um indivíduo, tais como o músculo, o cérebro, a força, a saúde, os nervos, etc. (MARX, 1996, p.288), atributos

14 PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. 1° ed. Rio de Janeiro, 2014, p. 54.

15 MARX, Karl. *O capital*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Victor Civita, 1996, p. 285.

esses que são exteriorizados no trabalho e trocados, em uma sociedade capitalista, pela mercadoria-universal: o dinheiro. Evidentemente, mesmo com o avanço do capitalismo financeiro, avesso a trabalho material e produtivo, a categoria de força de trabalho não perde sua “força”. Tanto é verdade que Piketty dedicará a terceira parte do livro para tratar da questão da desigualdade dentro da renda do trabalho (por exemplo, entre o operário, o engenheiro e o diretor de uma fábrica) e dentro da renda do capital (por exemplo, entre pequenos, médios e grandes acionistas ou proprietários).

O autor analisará também a questão dos “super-salários”(Cap. 12), que constitui uma nova etapa de encobrimento ideológico da luta de classes – mediante o discurso de que basta ter uma grande ideia ou um grande talento para ficar milionário e nunca mais precisar trabalhar, mais ou menos próximo do conceito de “ócio criativo” do sociólogo italiano Domenico De Masi.

Desse modo, Piketty renuncia deliberadamente analisar outra questão marxiana central, que persiste na atualidade, qual seja “a taxa de mais-valia”, expressa pela fórmula  $[m: v]$ , onde “m” é igual a “mais-valor”, ou seja, aquele excedente de tempo que o empregado trabalha e que não é agregado para fins de remuneração na forma-salário, e “v” significa simplesmente valor, ou seja, o trabalho-necessário, que é regulado na jornada de trabalho estabelecida pelo capitalista no contrato trabalhista. De acordo com Marx, tal taxa é essencial para compreender a dinâmica de acumulação capitalista: “A taxa de mais-valia é, por isso, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (MARX, 1996, 332).

Tendo apresentado o seu conceito de capital, Piketty introduz outra importante noção, que ajuda a compreender seu prognóstico sombrio em relação ao futuro das democracias na mão do capitalismo financeiro. Trata-se da noção de “riqueza nacional”, que é simplesmente a soma da “riqueza privada” e da “riqueza pública”. O que mais chamou atenção de Piketty em sua pesquisa foi que em vários países desenvolvidos a riqueza pública (tudo aquilo que pertence ao Estado) é substancialmente menor do que a riqueza privada (tudo o que pertence à esfera privada). E o mais assustador é que a distância que separa a riqueza privada da pública só vem aumentando desde o final do século XX, sobretudo em lugares onde a dívida pública é maior que os ativos públicos. Dentro dessa categoria de “riqueza nacional”, Piketty sublinha duas outras noções: de “capital interno” e “ativo externo líquido”. Se, de um lado, o capital interno representa o valor do estoque de capital no país em questão (p.ex., imobiliário, corporativo, etc.), por outro lado, o ativo externo líquido mensura o balanço patrimonial do país em relação ao mundo – a diferença entre os ativos financeiros que pertencem aos residentes do país em questão e os ativos desse país que os outros países possuem (PIKETTY, 2014, p.55) – por exemplo, habitantes da Inglaterra tem x ativos financeiros do Brasil, canadenses têm y da Inglaterra, brasileiros possuem z do Canadá, etc. Piketty observa que uma das principais características da globalização financeira, desde os anos 1980-1990, foi o aumento de ativos financeiros estrangeiros em cada país, imperceptível em uma análise global, já que a soma das



posições líquidas cruzadas de todos os países do mundo é igual a zero, enquanto que, em nível doméstico, as diferenças são mais brutais<sup>16</sup>, até porque a quantidade de pessoas que são donas de ativos financeiros estrangeiros em um país desenvolvido é muito maior se comparando a países menos desenvolvidos ou em fase de ascensão econômica (PIKETTY, 2014, p.55). Aliás, de maneira geral, é mais correto analisar a desigualdade mundial em termos de blocos regionais do que por blocos continentais (PIKETTY, 2014, p. 67).

Em todo caso, Piketty “especula” que a crescente desigualdade entre países pode gerar conflitos políticos no futuro, não só a nível “doméstico”<sup>17</sup>, mas também no global:

Esse tipo de desigualdade internacional pode gerar tensões políticas bastante fortes. Não é algo trivial que um país trabalhe para outro e que lhe remeta parte relevante de sua produção sob a forma de dividendos e aluguéis. Para que esse sistema possa sobreviver — ao menos até certo ponto —, quase sempre é preciso que haja uma relação de dominação política, como foi o caso na época do colonialismo, quando a Europa possuía boa parte do resto do mundo (PIKETTY, 2014, p.50).

Agrega-se a isto uma das mais polêmicas teses de Piketty, relacionada justamente ao tema do colonialismo. Para o autor francês, não há relação entre a riqueza atual dos países de primeiro mundo europeus com os seus passados de dominação colonial<sup>18</sup>. O autor acredita que a Primeira Guerra Mundial, a revolução bolchevique de 1917, a crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial e as novas políticas de regulação, tributação e o controle público de capital que resultaram dessas reviravoltas conduziram a níveis historicamente baixos para o capital privado nos anos 1950-1960, fazendo que qualquer vantagem econômica que países colonizadores tinham no período pré-guerra se perdesse (PIKETTY, 2014, p.47).

Disso tudo, é importante salientar que Piketty opõe “capital” e “renda”. O autor está ciente do abismo que separa esses conceitos. Sua luta é, na verdade, contra uma tese amplamente difundida nos livros de economia contemporânea: de que estaríamos vivendo em uma etapa de estabilidade entre capital e trabalho<sup>19</sup>. Porém, como mostra Piketty, somos mais contemporâneos do século XIX que gostaríamos: a discrepância entre renda e riqueza

16 “Por exemplo, num país onde o conjunto das empresas e do capital pertence aos estrangeiros, a produção interna pode ser bem elevada, mas a renda nacional é nitidamente mais baixa, uma vez deduzidos os lucros e os aluguéis enviados para o exterior. Em contrapartida, um país que detenha boa parte do capital de outros países pode ter uma renda nacional bem mais alta do que a produção interna”. PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. 1º ed. Rio de Janeiro, 2014, p.49.

17 “É provável que um empobrecimento das classes médias suscite violentas reações políticas” In: PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. 1º ed. Rio de Janeiro, 2014, p. 428.

18 “Nesse estágio, é suficiente afirmar que a maior parte dos países, ricos ou emergentes, desfruta hoje de situações mais equilibradas do que às vezes se imagina. Porém, há uma ligeira vantagem”. PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. 1º ed. Rio de Janeiro, 2014, p. 51.

19 “Durante muito tempo, a tese mais disseminada entre os economistas e repetida à exaustão nos livros acadêmicos era de que havia uma notável estabilidade na divisão da renda nacional entre capital e trabalho no longo prazo: em geral por volta de dois terços para o trabalho e um terço para o capital”. In: PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. 1º ed. Rio de Janeiro, 2014, p. 47.

está muito próxima da época de Marx:

A participação do capital (não humano) no início do século XXI é apenas ligeiramente menor do que no início do século XIX. Os níveis muito altos de capitalização patrimonial que hoje observamos nos países ricos parecem ser explicados, antes de tudo, pela volta de um regime de crescimento baixo tanto da população quanto da produtividade — combinados (PIKETTY, 2014, p.48).

Enquanto que a renda é um “fluxo” correspondente à “quantidade de bens produzidos” e “distribuídos ao longo de um determinado período” (por exemplo, um semestre, um ano, etc.), o “capital” precisa ser compreendido como a soma total de riqueza existente em um dado momento<sup>20</sup>. Em suma, renda tem a ver com trabalho, produção de mercadorias e circulação de dinheiro, enquanto que capital com espoliação, estoque e reserva de dinheiro e patrimônios. Piketty nos dá um exemplo que facilita a compreensão desses conceitos, além de apresentar tendências econômicas preocupantes:

Hoje em dia, nos países desenvolvidos, a relação capital / renda em geral se situa entre cinco e seis e resulta quase unicamente do capital privado. Na França, assim como no Reino Unido, na Alemanha, na Itália, nos Estados Unidos e no Japão, a renda nacional representa cerca de 30.000 a 35.000 euros por habitante neste início dos anos 2010, enquanto o total da riqueza privada (subtraindo-se as dívidas) é tipicamente da ordem de 150.000 a 200.000 euros por habitante, isto é, entre cinco e seis anos de renda nacional. Há variações interessantes entre os países, tanto dentro quanto fora da Europa: a relação  $\beta$  é maior que seis no Japão e na Itália e menor que cinco nos Estados Unidos e na Alemanha; a riqueza pública é levemente positiva em certos países e ligeiramente negativa em outros; e assim por diante (PIKETTY, 2014, p.56).

Destarte, todas essas informações preparam caminho para uma tese que o autor considera como fundamental para compreensão do capitalismo. Trata-se da “lei fundamental do capitalismo”, que é representada pela fórmula  $[\alpha = r \times \beta]$ , onde “ $\beta$ ” representaria a razão “capital/renda” e “ $r$ ” simbolizaria a taxa de remuneração do capital. Não é a toa que Piketty a chama de “lei”, tendo em vista que ela ajudaria entender não só o capitalismo financeiro atual, mas sim o capitalismo desde o seu advento histórico e até antes dele: “Ela é, por definição, aplicável a todas as sociedades em todas as épocas” (PIKETTY, 2014, p.58). Por quê? Segundo Piketty, ela oferece os três conceitos chaves para entender a dinâmica do capitalismo, qual seja, a relação capital/renda, a participação do capital na renda e a taxa de remuneração. Esse último conceito ocupa um espaço importante na análise marxiana,

<sup>20</sup> “A renda é um fluxo e corresponde à quantidade de bens produzidos e distribuídos ao longo de um determinado período (geralmente se usa o ano-calendário como período de referência)”. In: PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. 1º ed. Rio de Janeiro, 2014, p. 56.



mas novamente Piketty faz questão de apontar a diferença de sua apropriação com a de Marx:

A taxa de remuneração do capital é um conceito central em inúmeras teorias econômicas, sobretudo na análise marxista, com sua tese de redução progressiva da taxa de lucro – uma previsão histórica que se revelou bastante equivocada, ainda que contenha uma intuição importante (PIKETTY, 2014, p. 58).

A taxa de remuneração do capital mensura aquilo que o capital rende ao longe de um ano, qualquer que seja o tipo jurídico da receita (lucros, aluguéis, dividendos, juros, royalties, ganhos de capital, etc.), e se expressa como uma porcentagem do capital investido. Desta maneira, não devemos confundir a “taxa de lucro” ou a “margem de lucro” com tal “taxa de remuneração”, tendo em vista que elas designam antes a participação dos lucros (“ $\alpha$ ”) do que o rendimento do capital em determinado período de tempo (“ $r$ ”) (PIKETTY, 2014, p. 568, n.14).

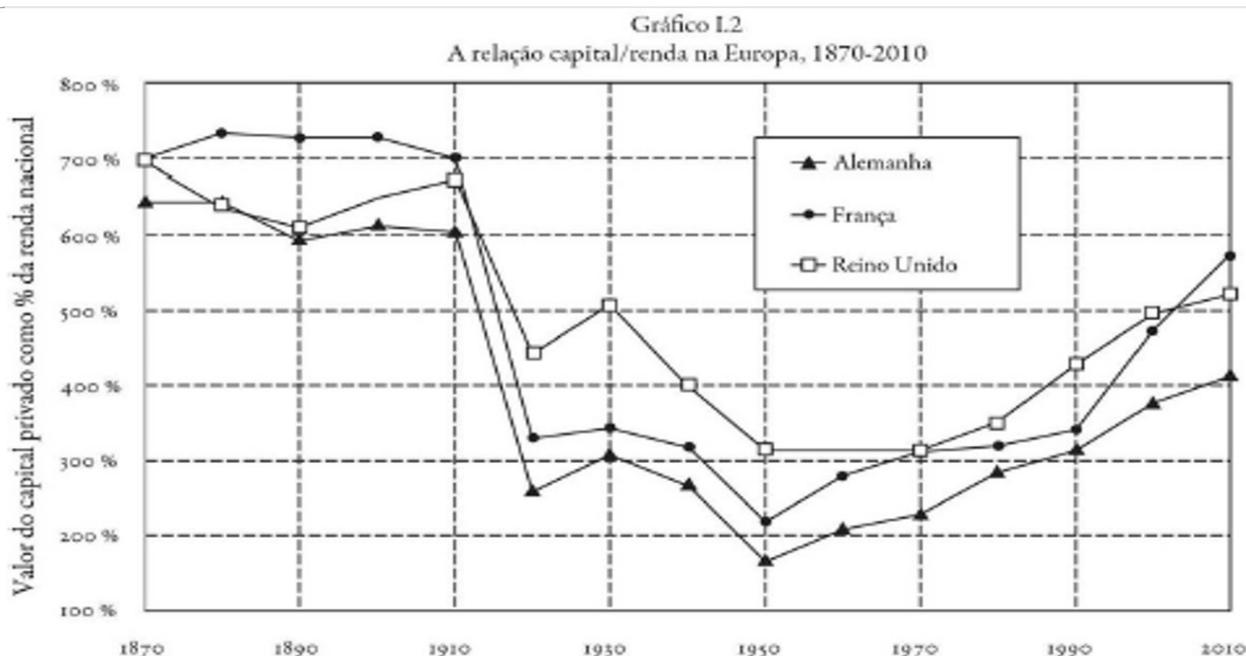
Segundo Piketty, esta fórmula [ $\alpha = r \times \beta$ ] tem muito a nos dizer sobre o estado do capitalismo atual: “A equação  $\alpha = r \times \beta$  permite analisar a importância do capital para um país, ou mesmo para o planeta inteiro” (PIKETTY, 2014, p.60). Porém, antes é preciso entendê-la melhor. O exemplo que o economista dá para ilustrar essa fórmula ajuda a esclarecê-la: “Se  $\beta = 600\%$  e  $r = 5\%$ , então  $\alpha = r \times \beta = 30\%$ ”. [...] Ou seja, se a riqueza representa o equivalente a seis de renda nacional numa sociedade e se a taxa de remuneração média do capital for de 5% por ano, a participação do capital na renda nacional é de 30% (PIKETTY, 2014, p.57-8). Esse exemplo foi retirado da realidade. Em 2010, a renda do capital em países ricos girava em torno de 30% da renda nacional. Isso incluía lucros, juros, dividendos, aluguéis, etc. Em termos práticos, isso quer dizer que a renda nacional de uns 30.000 euros por habitante em vigor nos países ricos se decompunha em aproximadamente em 21.000 euros de renda do trabalho (70%) e 9.000 euros de renda do capital (30%). O patrimônio médio por habitante era de 180.000 euros, de maneira em que a renda do capital de 9.000 euros por ano correspondesse a um rendimento médio de 5 % ao ano (PIKETTY, 2014, p.58). Dessa forma, “um apartamento que vale 100.000 euros pode gerar um aluguel de 400 euros por mês, ou 5.000 euros por ano (5% de retorno)” (PIKETTY, 2014, p. 60). A mesma fórmula pode se aplicar a uma empresa:

Consideremos uma empresa que use capital (escritórios, equipamentos, máquinas) no valor de 5 milhões de euros e produza o equivalente anual a 1 milhão de euros, divididos entre 600.000 euros de gastos com folha de pagamento e 400.000 euros de lucro. A relação capital/produto dessa firma é de  $\beta=5$  (seu capital equivale a cinco anos de produção), a participação do capital na sua produção é de  $\alpha = 40\%$ , e a taxa de retorno do capital é de  $r = 8\%$  (PIKETTY, 2014, p.61).

Apesar de Piketty deslocar o debate metodológico de Marx – baseado na razão Trabalho-Capital – para outro, fundamentado na noção razão “Renda-Capital”, ainda assim ele não nega a importância do trabalho como legitimação social. Pelo contrário, o autor condena o rentismo: é inadmissível que em pleno século XXI, pessoas vivam apenas de renda, sem gerar nenhum “valor”, ou seja, trabalho. O economista francês nota que alguns eventos históricos tiveram um papel decisivo para o surgimento dessa nova etapa do capitalismo, onde a desigualdade entre renda e capital aumenta de maneira considerável.

O movimento de reconstituição do patrimônio se inicia com rapidez, para depois se acelerar com a revolução conservadora anglo-saxã de 1979-1980, o desmantelamento do bloco soviético em 1989-1990, a globalização financeira e a desregulamentação dos mercados nos anos 1990-2000. Eles permitiram que o capital privado recuperasse, no início da década de 2010 — apesar da crise de 2007-2008 —, uma prosperidade que não se via desde 1913 (PIKETTY, 2014, p. 48).

Dito em outros termos, estamos caminhando para um nível de desigualdade entre riqueza e renda tamanha só comparável a “Belle Époque”, mas com um agravante: sem a mesma quantidade de transformações culturais, criações artísticas e invenções técnicas dessa “bela época”. Daí a centralidade da ocorrência de uma “curva em U”: estaríamos voltando a um estado de concentração de riqueza absurda, que se dá em virtude da taxa de retorno do capital ( $r$ ) – isto é, o que rende o capital durante um ano, sob forma de lucros, juros, aluguéis, etc., e outras rendas do capital – ser bem maior do que a taxa de crescimento ( $g$ ), que é relativa ao crescimento anual de renda e da produção (PIKETTY, 2014, p. 33). Tal ideia é apresentada no seguinte gráfico 1.2, referente à razão capital/renda na Europa de mais de um século para cá (PIKETTY, 2014, p.32):



Com base nos resultados dessa pesquisa, é possível vislumbrar que o futuro no século XXI será distópico mesmo: a riqueza herdada aumentará mais rápido do que a renda e a produção, algo que, como bem observa Piketty, é incompatível com valores “meritocráticos” e os “princípios de justiça social que estão na base de nossas sociedades democráticas modernas” (PIKETTY, 2014, p. 33), tendo em vista que levará grande parte da população a um nível de desigualdade extremamente elevado. E que fique claro: o capital não gera o mesmo rendimento médio para todos os seus detentores, sejam eles grandes ou pequenos<sup>21</sup>.

Contra a ideologia da meritocracia, na qual todos podem conquistar mobilidade social, bastando ter capacidade para isso, Piketty demonstra, em um estilo irônico e com referências literárias, que até lembra remotamente algumas das mais belas passagens d’ *O Capital* de Marx, como o capital é, por natureza, avesso a ideia de mérito individual:

O capital tem por natureza rendimentos voláteis e imprevisíveis e pode facilmente gerar diversos ganhos ou perdas — de capital, imobiliários ou nas bolsas, equivalentes a várias dezenas de anos de salário. No topo da hierarquia das fortunas, esses efeitos são ainda mais graves. Sempre foi assim. Em *Ibicus*, Alexei Tolstói retrata em 1926 o horror capitalista. Em 1917, em Petersburgo, o contador Simon Nevzorov derruba um armário sobre a cabeça do antiquário que lhe propôs um emprego e rouba uma pequena fortuna. Esse antiquário havia enriquecido, por sua vez, comprando a preços inescrupulosos bens de aristocratas que fugiam da Revolução Russa. Quanto a Nevzorov, ele consegue em seis meses multiplicar por dez o capital inicial, graças à casa de jogo que monta em Moscou com seu novo amigo Ritecheff. Nevzorov é o parasita esperto, pequeno, mesquinho. Ele demonstra, por suas atitudes, até que ponto o capital é contrário ao mérito<sup>22</sup>.

Por ironia do destino, com esses resultados, estão parcialmente corretas aquelas teorias “conspiratórias”, que o próprio Piketty não hesita de tratar como “apocalípticas”, que defendem a tese de que uma pequena fração de pessoas tem o domínio econômico sobre toda a população mundial:

A posição patrimonial dos países ricos em relação ao resto do mundo é na verdade positiva (os países ricos possuem em média os países pobres, e não o inverso, o que não chega a ser surpreendente), mas essa evidência é mascarada pelo fato de que os habitantes mais afortunados dos países ricos ocultam uma parte de seus ativos nos paraísos fiscais (PIKETTY, 2014, p. 455).

21 “Se o milésimo superior se beneficia de um crescimento de seu patrimônio de 6% ao ano, enquanto a progressão do patrimônio médio é de apenas 2% ao ano, isso significa que ao fim de trinta anos sua participação no capital do planeta terá mais do que triplicado”. In: PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. 1º ed. Rio de Janeiro, 2014, p. 428. Cf. p.418, passim.

22 PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. 1º ed. Rio de Janeiro, 2014, p. 435.



Além disso, faz-se mister observar um ponto que afasta Piketty parcialmente do liberalismo econômico: mesmo que o mercado funcione perfeitamente, como querem os sectários do “libertarianismo”, essa desigualdade fundamental entre taxa de retorno ( $r$ ) e taxa de crescimento ( $g$ ) vai continuar aumentando: “Ao contrário, quanto mais perfeito (no sentido dos economistas) o mercado de capital, maior a chance de que  $r$  supere  $g$ ” (PIKETTY, 2014, p. 34). E apesar de dizer que suas conclusões “são menos apocalípticas do que resultam do princípio da acumulação infinita de Marx” (PIKETTY, 2014, p. 33), Piketty é “apocalíptico” ao dizer que não vê outra saída a não ser o “esforço brutal de coordenação internacional” (PIKETTY, 2014, p.34) para implementar a sua utopia, qual seja a do imposto progressivo mundial sobre o capital.

### 3) ‘Utopia Útil’ versus ‘Ilusão Perigosa’

A solução pikettyana contra o capitalismo financeiro aparece detalhadamente no capítulo 16 de *O Capital no Século XXI*, ainda que dela não haja muito que dizer, tendo em vista que, de fato, ela é utópica, não existe ainda e, do jeito que os movimentos nacionalistas e protecionistas crescem ao redor do mundo, dificilmente ela vai ser uma realidade vigente nas próximas décadas. Porém, como observa o autor, “muitos rejeitarão o imposto sobre o capital como uma ilusão perigosa, assim como o imposto sobre a renda foi rejeitado há pouco mais de um século” (PIKETTY, 2014, p. 502). Chama atenção, aqui, no entanto, o uso do conceito de “ilusão perigosa”. O que Piketty quer dizer com isso? Naturalmente, o adjetivo “perigoso” tem um sentido político: novamente o autor vislumbra as teorias econômicas em disputa “no mercado”, como as teorias “apocalípticas dos marxistas” contra o “conto de fada” dos liberais e conclui acreditando que sua utopia é uma “terceira via” mais pragmática do que “o fim da luta de classes”, e menos romântica do que o mito de uma “mão invisível” que regula o mercado e as relações sociais. Seria uma saída “pacífica e eficaz para esse eterno problema colocado pelo capital privado e por seu rendimento” (PIKETTY, 2014, p.518). E que pese, aqui, o fato de que, na sua interpretação, conflitos do tipo “Guerra do Iraque”, têm motivações antes financeiras do que de qualquer outra natureza<sup>23</sup>, tendo em vista que “a dinâmica da distribuição mundial do capital é um processo ao mesmo tempo econômico, político e militar” (PIKETTY, 2014, p. 446).

No entanto, o economista francês não poupa esforços para demonstrar, mais uma vez, sua antipatia contra Marx e os regimes que, sob a égide de uma leitura marxista rasteira, deturparam a hipótese comunista:

A desigualdade  $r > g$  seria apenas uma lembrança ruim, sobretudo porque o comunismo gosta de crescimento e do avanço tecnológico. O problema,

23 “Se os Estados Unidos, apoiados por outros países ocidentais, não tivessem retirado o exército iraquiano do Kuwait em 1991, é provável que o Iraque tivesse em seguida ameaçado os campos de petróleo sauditas, e não podemos excluir que outros países da região, como o Irã, teriam entrado nesse jogo militar regional de redistribuição da renda vinda do petróleo”. In: PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. 1° ed. Rio de Janeiro, 2014, p. 446.



infelizmente para as populações atingidas por essas experimentações totalitárias, é que a propriedade privada e a economia de mercado não têm apenas a função de permitir que os detentores do capital dominem os que trabalham para eles. Essas instituições desempenham também um papel útil para coordenar as ações de milhões de indivíduos, e não é fácil ficar sem elas. Os desastres humanos causados pela planificação centralizada ilustram isso de maneira clara esse problema (PIKETTY, 2014, p.518).

Mas que fique claro: o objetivo do imposto progressivo mundial sobre o capital não seria um retorno a um Estado de Bem Estar Social, mas sim uma tentativa de regular o capitalismo: “O objetivo é evitar uma espiral desigualadora sem fim em uma divergência ilimitada das desigualdades patrimoniais, além de possibilitar um controle eficaz das crises financeiras e bancárias” (PIKETTY, 2014, p. 504). Ele depende, essencialmente, de dois elementos, escassos ainda hoje, inclusive em instituições internacionais como FMI: transparência democrática e financeira. Piketty salienta isso com conhecimento de causa: uma das maiores dificuldades que ele próprio teve para escrever sua obra foi a de que muitos países e empresas não quiseram fornecer dados financeiros para ele e sua equipe. Não é a toa que o autor teve que recorrer, a vários momentos do livro, a fontes não tão convencionais assim para análise econômica, como a revista “Forbes”, sobretudo quando eram os dados financeiros de “bilionários”<sup>24</sup>. Para o autor, continua sendo grande o “risco” de seguirmos sem essa modesta taxa de “0,1%” sobre todos os patrimônios mundiais. Essa proposta daria conta de vários temas fundamentais hoje, tais como o futuro de um Estado Social, o financiamento da transição energética, a construção do Estado nos países do sul, etc (PIKETTY, 2014, p. 505).

Dessa forma, o imposto sobre capital seria nada mais do que uma forma de cadastro financeiro mundial (PIKETTY, 2014, p.506). Piketty também nos lembra de que um imposto sempre é mais do que um imposto, tendo em vista que ele envolve outras esferas, como a normatividade política e jurídica (PIKETTY, 2014, p. 506). Nas suas palavras: “O imposto é uma solução infinitamente melhor tanto em termos de justiça quanto de eficácia” (PIKETTY, 2014, p. 526). Ele obrigaria os países e as instituições financeiras a se organizarem para recorrer às técnicas de transmissões automáticas de informações bancárias, além de reverem acordos financeiros internacionais. E um imposto “progressivo” leva em consideração uma intuição fundamental: quem tem mais propriedade, terá que pagar mais imposto; quem possui menos capital, terá que pagar menos imposto. A seu ver, tal alternativa é bem melhor ainda do que a “inflação”, considerada pelo autor como um instrumento grosseiro, e que se mostrou inútil para controlar o capitalismo financeiro (PIKETTY, 2014, pp.441-4), que está mais fortalecido do que nunca nesse começo de século.

A guisa de conclusão desta investigação cabe destacar que a obra “*O capital*

24 “Segundo a Forbes, nos últimos vinte anos, o número de bilionários em dólares, no mundo, passou de 140 para 1400, sendo que a sua riqueza total passou de 300 bilhões para 5 trilhões e 400 bilhões de dólares”. In: PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. 1º ed. Rio de Janeiro, 2014, p. 422. Cf. Cap. 12, passim.



*no século XXI*", ainda que ofereça uma "solução" altamente problemática e até paliativa, relativamente longe dos horizontes de possibilidades de realização, merece ser lida, acima de tudo, por ajudar a desmistificar várias realidades ocultadas por narrativas de progresso com fantasias de vitória. Contudo, fica a pergunta: até que ponto tal proposta utópica de Piketty também não se encaixaria perfeitamente nessa noção de "ilusão perigosa"? Destarte, como nos recorda David Harvey, o importante mesmo é ter ciência de que ainda precisamos de Marx, ou de seus equivalentes, para suportar os dias atuais<sup>25</sup>.



---

25 HARVEY, David. *Reflexões sobre "O capital", de Thomas Piketty*. 24/05/2014.

## REFERÊNCIAS

ATKINSON, A.B. *After Piketty?* *British Journal Of Sociology*, 2014 Dec, Vol.65(4), pp.619-638.

BLOCH, Ernst. *Geist der Utopie*. Bearbeitete Neuauflage der zweiten Fassung von 1923. Frankfurt am Main: Suhkamp, 1985.

DUARTE, R. *Adornos: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

GEOGHEGAN, Vincent. *Utopianism and Marxism*. Bern: Peter Lang, 1987.

HARVEY, David. *Para entender O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HARVEY, David. *Reflexões sobre “O capital”, de Thomas Piketty*. 24/05/2014.

HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

IBER, Christian. *Marx e Hegel: sobre o método dialético*. Porto Alegre: Editora FI: 2016.

MARX, Karl. *O capital*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Victor Civita, 1996.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. *Sobre a literatura e a arte*. Lisboa: Estampa, 1971.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. 1º ed. Rio de Janeiro, 2014.

PONTY, Merleau. *The adventures of the Dialectic*. Evanston: Northwestern University Press, 1973.



196

VIEIRA, Fatima. *The concept of utopia*. In: CLAEYS , Gregory ( ed.). *The Cambridge companion to utopian literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. pp.3-27.

WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt*. História, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002,

ŽIŽEK, Slavoj: *A utopia de Piketty*. Trad. Artur Renzo. Blog da Boitempo Editorial. [ <http://blogdaboitempo.com.br/2014/05/30/zizek-a-utopia-de-piketty/>]. Acesso em 30/08/2016.

SANTOS, Jéverton S. dos. ‘Utopia Útil’ versus ‘Ilusão Perigosa’. p.177-197.



© Autor, com identificação do direito de primeira publicação da Revista Kalagatos.



SANTOS, Jéverton Soares dos. 'Utopia Útil' versus 'Ilusão Perigosa': Notas sobre 'O Capital no Século XXI' de Thomas Piketty. **Kalagatos**, Fortaleza, v. 14, n. 3, set.-dez., 2017, p.177-197.